

Introdução ao dossiê A vida interconectada, alongada e espetacular: desafios biopolíticos do século XXI

Paula Sibilía

Houve um tempo em que esses vocábulo um tanto esdrúxulos não existiam e, portanto, nada significavam: biopolítica e biopoder. Ainda hoje, são muitos os que jamais ouviram falar neles e, portanto, sequer imaginam seus sentidos. Contudo, ambos os termos pertencem a uma categoria rara: aquela que reúne os conceitos mais fecundos cunhados no prolífico século passado.

A fertilidade dessas idéias revelou-se imensa para pensar o que somos, em que estamos nos convertendo e o que estamos deixando de ser, além de permitir a formulação de questões acerca do que gostaríamos de nos tornar. Sua seiva vem alimentando reflexões das mais variadas em todas as áreas do pensamento: da filosofia ao espectro geral das ciências e, inclusive, algumas das manifestações artísticas mais antenadas com os ritmos do presente.

Foi na década de 1970 que Michel Foucault vislumbrou a configuração de uma fabulosa e inédita estratégia de poder, deslanchada nos primórdios da era moderna, que apontava a “fazer viver” em vez de “fazer morrer”, como tinha sido o caso até então. Essa complicadíssima missão foi implementada aos poucos, como uma rede que envolvia tanto as instituições médicas e sanitárias como a educação, a justiça e os diversos braços da moralidade burguesa. Por meio desse arsenal, os corpos dos sujeitos modernos foram investidos com vistas a aumentar suas potências vitais — no que tange à produtividade necessária para o bom funcionamento da sociedade industrial — e a cercear outras forças virtualmente perigosas para as calibradas engrenagens dessa maquinaria.

Esse delicado equilíbrio foi atingido, não sem resistências e fissuras, graças ao dobramento de um projeto titânico: a instauração de um conjunto de políticas de gestão da vida que se aplicavam às populações nacionais visando à construção de “corpos dóceis e úteis” para o projeto capitalista dos séculos XIX e XX. Apesar das continuidades desse empreendimento na atualidade, também é evidente que várias peças desse quadro sofreram alterações, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Diversos autores embarcaram na tarefa de atualizar a genealogia foucaultiana para abranger a problemática específica dos tempos contemporâneos, retomando alguns conceitos muito valiosos dessa “caixa de ferramentas”. Nessa galáxia teórica extraordinariamente inspiradora se destacam, precisamente, as noções de biopoder e biopolítica.

Um dos primeiros desbravadores dessa brenha foi Gilles Deleuze, com sua teoria sobre as “sociedades de controle”, esboçada há duas décadas num punhado de rápidas e lúcidas pinceladas. Já nos albores do século XXI, são inúmeros os autores que se dedicaram a pensar o presente em chave biopolítica: de Antonio Negri e Michael Hardt até Paul Rabinow e Nikolas Rose, passando por Giorgio Agamben, Roberto Esposito e Maurizio Lazzarato, cujos textos dialogam com uma infinidade de pesquisadores de todos os cantos do planeta.

Apesar da heterogeneidade implícita nessa polifonia, uma certeza percorre todas essas vozes: as transformações econômicas, políticas e socioculturais ocorridas nos últimos anos acabaram intensificando as ramificações biopolíticas. Esse curioso tipo de poder que “faz viver” é um dos principais motores que mobilizam o mundo contemporâneo. Se hoje as subjetividades e os corpos humanos estão no centro da cena, é porque a vida constitui o alvo predileto de múltiplos investimentos — dos mais minúsculos e triviais aos mais mirabolantes e transcendentais. Não surpreende, logo, que tanto em termos quantitativos como qualitativos, a vida se encontre em crescimento exponencial. E, como o biopoder atinge todos os sujeitos ao longo da vida toda, cabe concluir que essas energias estão em plena expansão.

Assim, diante da pergunta “o que pode, hoje, um corpo?”, uma resposta parece óbvia: os organismos humanos podem cada vez mais e, além disso, podem durante mais tempo. Não se trata apenas de uma esticada na duração e na “quantidade de vida”; essa tendência vem acompanhada de uma ênfase num conceito bem mais complexo: os tentáculos mais atuais do biopoder nutrem um profícuo cardápio que visa a aumentar, também, a “qualidade de vida”.

A própria persistência da morte soa insensata, nesta época em que a tecnociência parece ter se instalado na derradeira trincheira do encantamento e da magia. As míticas potências da ciência e da técnica prometem tudo manter sob controle, deixando nas mãos de cada indivíduo as decisões relativas a seu próprio destino. Se esse projeto ainda tem falhas e não se realizou por inteiro, o “mito cientificista” garante que logo essas poucas

arestas serão polidas e então, sim, tudo será possível — inclusive, o sonho de preservar a juventude e conquistar a imortalidade.

Quando a racionalidade instrumental se impõe como uma linguagem universal, capaz de estender a todos os domínios sua lógica do cálculo, da técnica e do mercado sem deixar nada de fora, não espanta que a própria vida também seja tratada nesses termos. Assim como ocorre com todos os outros vetores da ação pública e privada, as biopolíticas contemporâneas foram absorvidas pelo “espírito empresarial” e pelas doutrinas mercadológicas que o insuflam: um modo de funcionamento que permeia todas as instituições e recobre todos os âmbitos. Em conseqüência, tanto a vida de cada indivíduo como a da espécie humana — e, inclusive, a do conjunto da biosfera — são pensadas e tratadas, hoje, de acordo com essas regras do jogo cada vez mais monopólicas.

É nesse sentido que todo e qualquer corpo é considerado, também e de modo crescente, um “capital”. O valor desse ativo financeiro de cada um se estabelece em função de diversas variáveis, todas elas sujeitas às flutuantes cotações dos mercados nos quais o sujeito em questão se movimenta. Mas sabe-se, por exemplo, que um corpo velho vale menos que uma silhueta juvenil, de acordo com os ditames da “moral da boa forma” que veio a substituir os tabus mais antiquados ligados à ética protestante e sua moral disciplinadora.

Mas essa é apenas uma das sutis amarras que orquestram a sujeição pós-disciplinar. Além dessa ênfase nas aparências que acompanha a espetacularização do mundo e o deslocamento dos eixos em torno dos quais os sujeitos contemporâneos constroem o que são — de “dentro” para “fora”, do âmago interiorizado para a visibilidade da pele, das telas e dos olhares alheios —, o confinamento perdeu preeminência como o mecanismo basilar do poder. Já não resulta produtivo — e nem divertido — trancar ninguém em instituições fechadas, com o tempo e o espaço rigorosamente regulamentados, vigiados por instâncias hierárquicas centralizadas e normalizadoras dos comportamentos.

Enquanto as redes informáticas perpassam os muros desses edifícios e articulam tanto os modos de subjetivação como as formas de sociabilidade, a conexão se instaura como o dispositivo de poder mais eficaz do momento. Cada vez mais, todos conhecemos tanto o prazer como a asfixia de estarmos sempre conectados e disponíveis, reportando-nos e nos mantendo atualizados quanto a tudo o que ocorre na virtualidade das redes, respondendo e alimentando os suaves mandatos da interação permanente com uma infinidade de contatos, o tempo todo e em todo lugar. Desse modo, dia após dia, sintonizamos nossos órgãos vitais com as alegrias e as aflições da atualidade.

É por tais motivos que o vínculo das biopolíticas com a comunicação tornou-se primordial. Nesta arena, lançada ultimamente numa vertigem tão fascinante como aterrador, disputam-se os principais critérios que definem o que somos. Em cada período histórico, um regime de poder e saber delineia certos tipos de corpos e “modos de ser”, estimulando o desenvolvimento de determinadas disposições corporais e subjetivas, tanto no plano individual como no coletivo, enquanto inibe outras características e habilidades.

Essas pressões de época cinzelam nossos organismos e nossas subjetividades com diária devoção, e nesse complexo processo de humana ourivesaria, tornam-nos mais compatíveis com o mundo em que vivemos.

Por isso é fundamental indagar nos sentidos da atual construção biopolítica, essa tarefa que exercemos cotidianamente nos corpos próprios e alheios, ao mesmo tempo em que a ela nos submetemos e a driblamos, numa complicada amalgama de gozos e sofrimentos que acaba nos tornando o que somos. Por quê? Como? Para quê? Essas perguntas norteiam o espírito deste dossiê, no intuito de aticar os questionamentos sobre as perplexidades que nos constituem e, embora tendam a se naturalizar em nossa carne e a cristalizar em nosso imaginário, não deveriam deixar de nos assombrar, semeando assim o saboroso incômodo da suspeita.

PAULA SIBILIA é professora do PPG de Comunicação da UFF